

Sindicatos podem eleger 4 deputados

Roosevelt Pinheiro



Pochman e Antenor: tentando conscientizar o trabalhador para o voto em 15 de novembro

3002

Se os 350 mil trabalhadores do Distrito Federal, que estão atualmente engajados nas quase 50 associações de classe e sindicatos tivessem politização suficiente, teriam condições de eleger pelo menos 4 dos oito deputados que vão representar Brasília no Congresso Constituinte. Foi pensando nesse enorme contingente que o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), juntamente com a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), CUT e CGT, programou para os dias 4 e 5 de novembro um debate reunindo dezoito candidatos (deputados e senadores) e sindicalistas para falar sobre «emprego e salário na Constituição».

O objetivo do debate, segundo o técnico responsável pelo Dieese, Márcio Pochman, é dar oportunidade aos representantes de entidades sindicais do DF de discutirem as propostas trabalhistas com os ex-sindicalistas candidatos. Além disso, também pretendem abrir espaço na formação de um bloco classista dentro do Congresso, que encaminhe as questões prioritárias dos trabalhadores, como direito à greve, jornada de trabalho, nova organização sindical etc.

Os candidatos representam 9 partidos diferentes, alguns são dirigentes licenciados e outros ex-dirigentes sindicais. Debaterão entre si e responderão às perguntas dos organizadores, candidatos do PCB, PFL, PT, PMDB, PDT, PDS, PMC e PJ. De acordo com Márcio Pochmann, do Dieese, «o debate visa estimular a ação conjunta das entidades sindicais, porque as individuais já vem acontecendo». Ele lembra o exemplo dos sindicalistas da construção civil, que elaboraram e divulgaram uma lista contendo nomes de candidatos que têm discursos bem próximos dos desenvolvidos pela entidade. O mesmo, informa Pochmann, acontece com o sindicato dos bancários, que publicou uma lista eclética dos candidatos que defendem questões de interesse da categoria.

Ciclo

O ciclo de debates continua após a eleição de 15 de novembro, com deputados e senadores eleitos para representar Brasília que tenham compromissos com as idéias defendidas pelo movimento sindical, como questões ligadas ao direito de greve, reforma agrária, jornada de trabalho e outras bandeiras trabalhistas.

A proposta do Dieese, segundo Márcio Pochmann, será organizar, dentro da Assembléia Nacional Constituinte, um bloco classista com parlamentares identificados historicamente ao lado do movimento sindical. Neste primeiro debate, dividido entre os dias 4 e 5 de novembro, só serão abordadas pelos participantes as questões fundamentais para os trabalhadores, ou seja, o emprego e salário. Lembrando «a demagogia dos líderes patronais candidatos por Brasília e que se mostram duros na mesa de negociação com trabalhadores», Antenor Júnior, da CGT, cita o exemplo da semana inglesa, que é uma reivindicação antiga dos comerciários de Brasília, visando a carga horária de trabalho aos sábados com término às 13 horas. Ney Carneiro (PTB), presidente do Sindicato do Comércio Varejista do DF; Lindberg (PMDB), presidente da Associação Comercial; Nilton Rossi (PDC), presidente da Federação do Comércio têm defendido a instituição da semana inglesa no comércio da cidade, contrariamente à posição sempre assumida como representantes das entidades citadas, das quais se encontram licenciados no momento.

Pequena representatividade

Márcio Pochmann, do Dieese, lembra a participação minoritária dos representantes do movimento sindical na eleição para a elaboração da nova Constituição do país. À isto ele atribui, principalmente, a proibição de candidaturas avulsas, ou seja, independentes de partidos políticos. Pochmann defende a «legalidade da lei», ou seja, «uma Constituição legítima comprometida com a satisfação dos desejos da sociedade», explica.

A Constituição de 1934 foi redigida por 254 deputados, sendo que deste total, 214 eram ligados aos interesses de industriais, comerciantes e proprietários de terras e, os 40 constituintes restantes representavam os sindicatos e associações de trabalhadores. Na eleição de 1934 foram permitidas as candidaturas avulsas. Esta carta criou a jornada de trabalho de 8 horas, a estabilidade no emprego, o salário mínimo e outras tantas reivindicações da classe trabalhadora.

Na Constituição de 1946, a participação de peso do movimento sindical foi bem menor. Cerca de 80% dos constituintes pertenciam ao PSD e à UDN e representavam interesses do grande capital.